



SERVIÇO SOCIAL DA AEDHA
AVANÇOS E DESAFIOS NO ATENDIMENTO À INFÂNCIA E
JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA

Nancy Mara Fonseca

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Professor Doutor Manuel Menezes, Professor Auxiliar, ISMT.

Coimbra, julho de 2021

«O tempo somente é porque algo acontece, e onde algo acontece o tempo está. O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une»

(Milton Santos)



Agradecimentos

Com gratidão, inicio os meus agradecimentos a Deus e aos meus Guias de Luz, bases da minha existência como Ser Humano, por me terem mantido na trilha certa durante esta pesquisa, com saúde e forças para chegar até o final. Agradeço aos meus pais pela vida.

Agradeço pelo apoio diário e constante da minha linda família, meus filhos Breno Fonseca, Bruno Fonseca e meu esposo Wesley Fonseca, que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Em meio as dificuldades e desafios, nunca me abandonaram com amor e confiança.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Manuel Menezes que a 7.482 km de distância, em meio a uma pandemia, me transmitiu conhecimento de forma extraordinária, a me contemplar com sua sabedoria.

A todos os professores do curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga – Coimbra/Portugal, a minha gratidão pela excelência da qualidade técnica de ensino de cada um dos senhores.

Sou grata pela confiança depositada na minha proposta de pesquisa, em especial a Coordenadora Geral da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Joana Campoy; a respeitada Vice-Presidente Maria Helena Novaes Rodriguez e a todas profissionais de excelência do Serviço Social da Associação de Educação do Homem de Amanhã – carinhosamente chamada “Guardinha” – Campinas/SP – Brasil, Instituição a qual tenho muita admiração e respeito pelo trabalho desenvolvido com as nossas crianças e adolescentes.

Agradeço imensamente a Professora Dra. Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo pelo convite de estágio à docência na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na qual em estágio como professora universitária, pude disseminar e aprender junto aos alunos do curso de Serviço Social.

Por último, com a consciência que sozinha nada disto seria possível, dirijo um agradecimento eterno a todos os mestres e profissionais que contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional durante a minha vida, em especial a Assistente Social Forense do Estado de Goiás e eterna amiga Rosangela Aparecida Lima.

Resumo

Na presente investigação analisamos a relevância dos atendimentos especializados dos assistentes sociais como executores, mediadores, articuladores e orientadores, demonstrando que o papel a ser desenvolvido por estes é de vital importância na formação de crianças e adolescentes atendidos na AEDHA. Foram analisados os conflitos e demandas apresentados pelas crianças e adolescentes no contexto contemporâneo inseridos nos programas e serviços socioeducativos, principalmente neste momento conturbado de pandemia mundial pelo Coronavírus/Covid-19 e, como a prática profissional contribui para o seu desenvolvimento. Através dessa pesquisa foi visto a importância do Serviço Social e suas contribuições, uma vez que é fundamental que os assistentes sociais estejam sempre em parceria com a instituição e, a rede de serviços e de apoio para o desenvolvimento da cidadania. De um lado estão crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contexto contemporâneo e conflitos sociais consequentes das expressões da questão social; do outro lado estão os profissionais do Serviço Social a apoiá-los na possibilidade de inclusão social. Num outro plano temos o Estado e a dificuldade de gestão como direito de todos previstos na Legislação Vigente. Para a viabilização desta pesquisa foi utilizada a metodologia com abordagem quantitativa e qualitativa, os quais buscaram elementos que problematizaram, sistematizaram e construíram coletivamente reflexões, novos conhecimentos e experiência dos profissionais do Serviço Social frente ao contexto pandêmico no momento atual. Os instrumentos utilizados foram inicialmente o levantamento da bibliografia e documentos, seguida de entrevista semiestruturada possibilitando expandir o conhecimento a respeito da atuação profissional que atendem crianças e adolescentes em diversos contextos sociais da instituição. Foi concluído que os atendimentos especializados dos profissionais do Serviço Social à infância e adolescência contemporânea é um processo em constante transformação, identificando as reais necessidades dos mesmos, em uma imersão de aprendizagem contínua, atualizações no campo das ações, revelando a necessidade de ações educativas com vistas à humanização de cuidado e proteção, visando à emancipação desses grupos junto à família.

Palavras-chave: AEDHA; Infância e Adolescência; Serviço Social; Contexto Pandêmico; Brasil.

Abstract

In the present investigation, we analyze the relevance of skilled assistance provided by social workers as executors, mediators, articulators and advisors, demonstrating that the role to be developed by them is of vital importance in the education of children and adolescents assisted by AEDHA. Conflicts and demands presented by children and adolescents in the contemporary context inserted in socio-educational programs and services were analyzed, especially in this troubled time of worldwide pandemic by Coronavirus/Covid-19, and how professional practice contributes to its development. Through this research, the importance of Social Work and its contributions was seen, since it is essential that social workers are always in partnership with the institution and the network of services and support for the development of citizenship. On the one hand are children and adolescents in a situation of social vulnerability in the contemporary context and social conflicts resulting from expressions of the social issue; on the other side are the Social Work professionals supporting them in the possibility of social inclusion. On another level, we have the State and the difficulty of management as a right for everyone provided for in the Current Law. To make this research viable, the methodology with a qualitative and quantitative approach was used, which sought elements that problematized, systematized and collectively built reflections, new knowledge and experience of Social Work professionals in the current pandemic context. The instruments used were initially a survey of the bibliography and documents, followed by a semi-structured interview, enabling the expansion of knowledge about the professional performance that assist children and adolescents in different social contexts of the institution. It was concluded that the specialized care provided by Social Work professionals to contemporary childhood and adolescence is a process in constant transformation, identifying their real needs, in an immersion of continuous learning, updates in the field of actions, revealing the need for educational actions with aimed at the humanization of care and protection, aiming at the emancipation of these groups with the family.

Keywords: AEDHA; Childhood and Adolescence; Social service; Pandemic Context; Brazil.

Lista de Siglas/Acrónimos

AEDHA – Associação de Educação do Homem de Amanhã

AP – Aprendizagem Profissional

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CLT – A Consolidação das Leis do Trabalho

CMPCA – Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CSAC – Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organizações Não Governamentais

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PETI – Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Índice

	Pág.
Agradecimentos _____	i
Resumo _____	ii
Abstract _____	iii
Lista de Siglas _____	iv
Índice _____	v
Introdução _____	1
Capítulo I – Criança e o Adolescente na Contemporaneidade	
1.1 A Infância e Adolescência no Brasil _____	3
1.2 Problemas Sociais da Infância e Juventude no Brasil _____	5
1.3 Ser Criança e Adolescente em Contexto de Incertezas _____	6
Capítulo II – A Guardinha – Associação de Educação do Homem de Amanhã	
2.1 Breve Resenha Histórica _____	8
2.2 Conhecendo a Proteção Social Básica, Aprendizagem Profissional e a Proteção Social Especial de Alta complexidade da AEDHA _____	9
2.3 Os Serviços de Acolhimento no Município de Campinas/SP _____	12
Capítulo III – Metodologia da Pesquisa	
3.1 Questão de Partida _____	15
3.2 Objetivo Geral _____	16
3.3 Objetivos Específicos _____	16
3.4 Natureza e Métodos da Pesquisa _____	17
3.5 Delimitação do Universo da Pesquisa _____	18
3.6 Descrição do Processo Metodológico _____	19
Capítulo IV – Análise dos Dados	
4.1 Apresentação e Discussão dos Resultados _____	21
Conclusão _____	31
Bibliografia _____	33
Apêndices _____	35

Introdução

A escolha do tema: “Serviço Social da AEDHA: Avanços e Desafios no Atendimento à Infância e Juventude Contemporânea”, surgiram ao se iniciar um breve exame dos trabalhos realizados com as crianças e adolescentes inseridos nos programas e serviços da Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA) no município de Campinas, deparando-se com uma freqüente exigência na atualização por parte dos profissionais do Serviço Social para atender as demandas das crianças e adolescentes no contexto contemporâneo.

Para o enfrentamento dessa conjuntura desfavorável, que conduz a maioria das crianças e adolescentes a dificuldades relacionais, fracasso escolar, de autonomia e protagonismo, tornou-se indispensável a ação efetiva de profissionais atualizados dentro deste cenário. Yamamoto (2015, p. 20) assim irá dizer:

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário *romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos*. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possam captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.

A AEDHA tem traçado um caminho de relacionamento cada vez mais próximo das famílias, das escolas, da saúde, da assistência, transcendendo o atual trabalho de suporte socioeducativo para crianças e adolescentes e, através de práticas de atendimento do Serviço Social, são munidos freqüentemente de instrumentais técnico-operativos e teórico-metodológicos para a inclusão da cidadania.

O trabalho realizado pelos assistentes sociais em conjunto com a rede de apoio e de serviços, desempenham importante papel na história de vida das crianças e adolescentes do município de Campinas. Nos atendimentos realizados pela AEDHA entre a proteção social básica, aprendizagem profissional e acolhimento institucional, podemos destacar a atuação deste último com intervenção e medida de proteção¹ para crianças e adolescentes com

¹De acordo com o Artigo n.º 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por

questões de negligência (física e psicológica), maus tratos, conflitos familiares, uso exacerbado de substâncias psicoativas pelos genitores e família extensa, abuso sexual, evasão escolar, entre outros que caracterizam o contexto de vida destes sujeitos.

Essa situação legitima a importância e a relevância desta pesquisa que ora se apresenta com a proposta de analisar, compreender e contribuir para a difusão do conhecimento e a exploração dessa temática, ao ressaltar a importância dos serviços e programas da AEDHA.

Essa pesquisa se justificou ainda pelos temas que foram abordados: a atuação dos assistentes sociais dos serviços e programas da instituição, para a implantação de um modelo participativo e de metodologias socioeducativas e aprendizagem profissional; a relação entre os profissionais, a família, as crianças e adolescentes da instituição, a análise das políticas que têm interface com essa temática bem como, o desenvolvimento técnico operativo de atendimento frente à pandemia mundial pelo Coronavírus/Covid-19 iniciada no Brasil em 26 de fevereiro de 2020.

Capítulo I – A Criança e o Adolescente na Contemporaneidade

1.1 A Infância e Adolescência no Brasil

Segundo um estudo realizado pela Fundação Abrinq, lançando a 6ª edição do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil: “em 2018, estimava-se que o Brasil tinha 68,8 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade, e quase dois em cada cinco dos residentes do país nessa faixa etária se concentravam na Região Sudeste” (2019, p. 17).

O desenvolvimento de políticas sociais voltadas para esse público, em especial para a população mais carente, somente iniciou-se no território brasileiro a partir do século XX. Até então, na época colonial entre 1500 e 1800, as crianças sadias eram submetidas para a mão de obra escrava, especialmente para ajudar os pais. Durante este período havia uma taxa elevada de mortalidade infantil. Muitas crianças não sobreviviam devido, por um lado, a incidência de abortos derivados de maus tratos e das péssimas condições das gestantes. De outro lado, muitas genitoras praticavam infanticídio para livrarem a sua prole da escravidão.

A partir do pressuposto destas leis ligadas aos Direitos Humanos no século XX, as crianças e os adolescentes ganham características como sujeitos e possuem necessidades específicas para o seu pleno desenvolvimento.

Os seguimentos de defesa da infância e juventude e as interfaces das Legislações para esse público, muito se tem discutido referente a modelos e metodologias para atender a criança e ao adolescente do século XXI. A criança e o adolescente atuais estão-se desenvolvendo sobre fortes influências de culturas pós-modernas, acarretando assim, perspectivas em sua maioria negativas, em relação ao comportamento e enquanto sujeitos de direitos e deveres de fato.

De acordo com uma visão contemporânea, para entender a infância e adolescência atual, a construção e resultado desta pesquisa não foi a única e verdadeira, mas uma demonstração da necessidade de frequentes atualizações frente às demandas do novo contexto dos sujeitos, os quais sofrem constantes transformações em seu desenvolvimento, imersa de cultura, valores e pré-conceitos individuais e sociais.

Sendo assim, para que se tenha um melhor entendimento do enquadramento temático se faz importante uma breve linha do tempo referente às Legislações para esse público no Brasil.

No século XIX, regido pela Princesa Isabel, foram assinadas duas Leis importantes para esse público, sendo em 1871, a lei do Ventre Livre, a qual os filhos de escravos nascidos a partir desta lei eram considerados livres da escravidão; e em 1888 foi decretada a Lei Áurea abolindo todos os escravos, inclusive crianças e adolescentes. Em 17 de janeiro de 1891 foi promulgado o decreto n.º 1.313, sancionado pelo General Manoel Deodoro da Fonseca, que regulamentou a idade mínima de 12 anos para o trabalho infantil, empregados nas fábricas da Capital Federal.

Na primeira metade do século XX, em 1923, foi criado o primeiro Juizado de Menores do Brasil e em 1927, é promulgado no Brasil o primeiro documento legal para menores de 18 anos: o Código de Menores. Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, em especial para as crianças e os adolescentes.

Na década de 40, especificamente em 1942, Getúlio Vargas cria o Serviço de Assistência ao Menor. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no ano de 1943, regulamenta as atividades de Jovem Aprendiz no mercado de trabalho.

Na segunda metade do século XX, a Unicef começou a regulamentar programas no Brasil para as crianças e gestantes no Nordeste do país e, no ano de 1964, o governo militar concedeu e implementou a Política Nacional de Bem Estar do Menor, cria-se então, a Fundação do Bem Estar do Menor (Funabem). Dois anos depois, 1967, é decretada no Brasil a Lei nº 229 que reduz a idade mínima dos jovens aprendizes de 14 para 12 anos. Em 1974, foi determinado através da Lei 5.274 que a idade mínima para jovens aprendizes voltasse para 14 anos. E no ano de 1979, aprova-se com a mesma repressão à população infanto-juvenil, o Segundo Código de Menores.

Nos anos 80 do século XX, inicia-se a formação de redes para a proteção à criança e ao adolescente e é criada a Pastoral da Criança após a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1987 um grupo de trabalho se reuniu para defender e concretizar os direitos das crianças e adolescentes na Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. Inicia-se então, um novo marco democrático em defesa da criança e do adolescente como prioridade nacional. Vale lembrar, que na ocasião, no Congresso Nacional, houve a participação de várias crianças e adolescentes para a entrega de um pouco mais de um milhão de assinaturas coletadas, e assim, aprovado por unanimidade

pelos legisladores constituintes. A ação resultou no artigo 227², três anos depois. É promulgada, então, em 5 de outubro de 1988, uma nova Constituição Federal, que prevê prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, tendo-os como sujeitos de direitos e proteção integral assegurada pelo Estado e a sociedade.

No ano de 1988, foi proibido o trabalho noturno, insalubre e perigoso para os jovens menores de 18 anos e o trabalho realizado por crianças abaixo de 14 anos. Em 1990, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e, após discussões e debates de vários segmentos da sociedade, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em contribuição ao cumprimento do ECA e formulação de políticas públicas voltadas para esse público, é criado o Conselho Nacional do Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 1992.

Seguindo os anos 90, em 1995 é realizada a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e 1996, é criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Após a Emenda Constitucional 20, altera a idade mínima para o trabalho de 16 anos, em 1998.

Por fim, nos anos 2000, é regulamentada a Lei do Aprendiz que assegura a formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico e em 2006, foi instituído o envolvimento de instâncias governamentais e da sociedade civil através do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente para efetivar a prática dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

1.2 Problemas Sociais da Infância e Juventude no Brasil

Diante da criança e do adolescente contemporâneo em seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico, emergem questionamentos das condições dignas de existência num país em que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2012), 20,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 0 e 14 anos vivem na pobreza e 8,2 milhões na extrema pobreza.

Os fatores identificados no tripé Saúde, Educação e Assistência, bem como a família, relacionam-se com uma gama de questões urgentes a serem investigadas diante esse público.

²Artigo 227, Constituição Federal: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Quando se trata de enfrentar a problemática da violência, exploração, discriminação e abandono da infância e da adolescência, da dominação hegemônica por parte do mundo adulto (a lhes fazer abortada a cidadania), uma dúvida em princípio vem à mente, diante do quadro geral de baixa efetivação da normativa legal e da insuficiente operacionalização das políticas e das ações públicas, no Brasil: as crianças e os adolescentes estarão condenadas a falsas alternativas? [...] há que existir alternativa. Assim, além do atendimento público tradicional pelas políticas sociais (educação, saúde, cultura, habitação e especialmente da assistência social), a exclusão e marginalização na infância e na adolescência é uma questão igualmente de promoção e proteção de direitos humanos (Neto, 2005, pp.8-9).

Vale ressaltar e indagar que também se faz necessário perceber a infância e juventude em todas as classes sociais, nas dimensões domésticas e comunitárias, onde as margens se mesclam com as instâncias privilegiadas no que se refere a cuidados, culminando assim direções não sólidas de proteção. De acordo com Szymanski (2002, p. 15):

Quanto às famílias de outras camadas sociais, que não sofrem discriminação e estão adaptadas ao modo de vida urbano, não há também uniformidade no modo como exercem suas práticas educativas, como agem uns em relação aos outros, como seguem e interpretam as regras de “bem educar” os filhos. Determinados modos de agir entre os membros de uma família são mais frequentes, fixam-se como modos habituais de interação, em detrimento de outros, de forma que o conhecer-se e o conhecer o outro encaminham-se para algumas direções e não outras.

A presente proposta de pesquisa não pretende entrar em profundidade nesta questão, mas será gatilho propulsor para a investigação das demandas negativas apresentadas pelas crianças e adolescentes inseridos na Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA).

1.3 Ser Criança e Adolescente em Contexto de Incertezas

Ser criança e adolescente no contexto atual não tem sido uma tarefa fácil para a construção de uma cidadania plena no Brasil. A infância vem de predicados culturalmente instituídos pela família e a sociedade em seus diversos contornos e enredos, seguindo para uma adolescência conturbada por pré-conceitos e pré-julgamentos. Segundo Winnicott (1993, p. 47):

As crianças têm sempre a necessidade de verificar se ainda podem confiar em seus pais, e essas verificações podem perpetuar-se até que as crianças já tenham crescido e precisem por sua vez proporcionar condições de segurança a seus próprios filhos, e até depois disso. Os adolescentes, tipicamente, tendem a testar todas as medidas de segurança, regras e disciplinas. Assim, é normal

que as crianças encarem a segurança como um dado básico. [...] Aos poucos, e com o tempo, o crescimento verdadeiro confere a criança ou ao adolescente um sentido adulto de responsabilidade, sobretudo daquela responsabilidade ligada a provisão de condições adequadas de segurança às crianças de uma geração mais nova.

Até o século XVII, uma criança ao nascer era pouco valorizada, não tinha uma identidade e tinham precárias condições de cuidados. Heywood (2004, p. 87), assim diz:

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.

Partindo para as regras de expressão da adolescência, a dinâmica construída a partir da infância, tornam-se questões subjetivamente indagadoras, colocando em xeque o lócus de cidadania. Calligaris (2000, p. 9) reflete sobre a adolescência da seguinte maneira:

Nossos adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham. Batalham com seus corpos, que se esticam e se transformam. Lidam com as dificuldades de crescer no quadro complicado da família moderna. Como se diz hoje, eles se procuram e eventualmente se acham. Mas, além disso, eles precisam lutar com a adolescência, que é uma criatura um pouco monstruosa, sustentada pela imaginação de todos, adolescentes e pais. Um mito, inventado no começo do século 20, que vingou, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência inicia aos 10 e termina aos 19 anos e divide-se em três períodos: pré-adolescência (10 a 14 anos), adolescência (15 a 19 anos) e juventude (15 a 24 anos).

De acordo com o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Portanto, o artigo citado acima refere-se, dentro do conceito “menor”, a distinção entre criança e adolescente que não atingiram a maioridade de 18 anos, ou seja, é estabelecido etapas distintas da vida humana, reconhecendo-se suas condições especiais de pessoas em desenvolvimento.

Capítulo II – A Guardinha – Associação de Educação do Homem de Amanhã³

2.1 – Breve Resenha Histórica

Diante de um contexto desfavorável, que o nosso país ultrapassa nos últimos tempos, demandando crises políticas, econômicas e sociais, as OSC, anteriormente denominadas de Organizações Não Governamentais (ONG), sempre estiveram à frente nas diretrizes da promoção e defesa dos direitos básicos da população. A “Guardinha”, assim carinhosamente chamada pelos campineiros, tem sua trajetória marcada por uma luta de 80 anos de história no município de Campinas.

Tornou-se um espaço de trocas coletivas, qualificadoras de informações e experiências no seguimento da criança e do adolescente, sempre na busca do desenvolvimento saudável desse público. Diante desse quadro, na presente pesquisa, a escolha recaiu nesta instituição, por apresentar um campo em constante construção de ações políticas e sociais, para a defesa e garantia dos direitos e deveres infanto-juvenis.

A Associação de Educação do Homem de Amanhã – AEDHA – mais conhecida como Guardinha, tem origem na Guarda de Automóveis de Campinas, fundada em 1939, de que é sucessora formal. Reformulada em 1965, ampliou as possibilidades de formação de jovens com poucos recursos sociais e econômicos. Sua longa história permitiu o desenvolvimento e a qualificação de suas atividades, acompanhando o próprio aperfeiçoamento da legislação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988. O grande destaque sempre foi a preparação básica para inserção no mundo do trabalho, em modelo pioneiro que repercutiu em outros lugares, dando origem a instituições similares e, muitas delas, homônimas.

Assim, o termo Guardinha passou a ser referência afetiva para os jovens, mesmo que, hoje em dia, a instituição realize toda a programação da Aprendizagem Profissional formalizada. E, para grande satisfação da AEDHA, em incontáveis vezes, eles ocupam cargos os mais relevantes em empresas, ou tornam-se profissionais empreendedores em carreiras autônomas.

A AEDHA atua também atualmente em outras áreas de assistência social, sempre atenta à superação de vulnerabilidades dos cidadãos.

Tem como *Missão* colaborar com o Estado na promoção e incentivo ao desenvolvimento social inclusivo e sustentável, através da promoção, proteção, defesa de

³ Cf. URL: <https://bitly.com/tBGby>

direitos prioritariamente de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, com vistas ao seu futuro e – caso possível – também de idosos, procurando contribuir para lhes serem assegurados todos os direitos fundamentais determinados por Lei.

Tem como *Visão* ser agente transformador para a conquista da cidadania plena e os seus *Valores* são: Responsabilidades Social, Acolhimento, Poder de Articulação, Transparência, Ética, Protagonismo Social, Inovação Social e Assertividade.

Com 80 anos de atuação, a Guardinha já atendeu mais de 70 mil jovens e, atualmente, enquadra mais de 600 jovens em diversos programas, serviços e atividades.

2.2 Conhecendo a Proteção Social Básica, Aprendizagem Profissional e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade da AEDHA

A atuação do profissional de Serviço Social da AEDHA, se dá no âmbito das modalidades dos níveis da Proteção Social Básica, Aprendizagem Profissional e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, caracterizando em ações que sejam eficazes nos atendimentos à criança e ao adolescente de forma individual e grupal, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Aprendizagem Profissional (AP) e Acolhimento Institucional (modalidades abrigo e casa lar).

Ações essas que podem influenciar positivamente na vida social desse público, de maneira a proporcionar e estimular a autonomia, modificando os determinantes e as condicionalidades do processo de exclusão social.

Dentro desta perspectiva, os profissionais do Serviço Social da AEDHA, desenvolve os trabalhos nos seguintes Serviços e Programas:

Proteção Social Básica:

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos / Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional – “Cidadania Hoje”⁴

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um espaço de referência para o desenvolvimento de ações socioeducativas planejadas para adolescentes e jovens. Visa o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e formação cidadã. O Serviço é

⁴ Cf. URL: <https://bityli.com/R3h7y>

realizado em grupos, com atividades que ampliam trocas culturais e vivências, desenvolve a percepção de pertencimento e de identidade, fortalecem vínculos e incentivam a socialização e a convivência comunitária. O público alvo integra adolescentes a partir de 15 anos, jovens, adultos e idosos residentes na Região Sul do Município de Campinas – SP, ambos os sexos. Atividades: roda de Conversa, acompanhamento psicossocial e pedagógico e, oficinas a partir de eixos temáticos.

Aprendizagem Profissional:

Programa de qualificação profissional – “Jovem Aprendiz”⁵

O programa promove a inclusão social, por meio de qualificação profissional de adolescentes e jovens de 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) anos, pertencentes a famílias em alto nível de vulnerabilidade social do município de Campinas, sendo estes, preferencialmente, referenciados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Sul.

Os adolescentes/jovens são encaminhados: pela rede socioassistencial; por busca do (a)s próprio(a)s adolescentes/jovens e suas famílias; pelas escolas públicas (rede regular de ensino); pelo CRAS; por outros órgãos públicos e entidades privadas. Todos os adolescentes a serem atendidos pelo Programa de Aprendizagem Profissional passaram, anteriormente, pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional “Cidadania Hoje”, desenvolvido pela AEDHA, com a finalidade de criar vínculos e desenvolver habilidades e competências pertinentes ao mercado de trabalho através de oficinas lúdicas.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

Importante destacar a relevância da Proteção Social Especial de Alta Complexidade executada pela AEDHA, na concepção do processo de medida de proteção, comprometida com a integralidade do cuidado e proteção com crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, p. 36).

⁵ CF. URL: <https://bitly.com/SIyOM>

No Brasil, foram inúmeras as discussões para a garantia de proteção à criança e ao adolescente, envolvendo todas as esferas do governo, tais como os estados, os municípios e a sociedade civil como um todo. Tão logo foram estabelecidos diversos documentos para a promoção da garantia do público em questão.

De entre os mesmos, cabe destacar a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n.º 1, de 18 de junho de 2009, por intermédio da qual aprova o documento: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes que considera e estabelece uma padronização dos serviços socioassistenciais em âmbito nacional. O documento prevê a fiscalização e o controle social, buscando o funcionamento dos serviços prestados a criança e ao adolescente e suas famílias seguindo os parâmetros e normas com vistas a garantia de direitos desse público, prevenindo a vulnerabilidade social.

O documento acima foi elaborado sob a perspectiva de que as crianças e os adolescentes pudessem ter de fato seus direitos garantidos dentro da lógica do acolhimento institucional. Todavia, os desafios e um articulado de ações governamentais pressupõe necessidades ainda a desejar.

Atualmente, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) / Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o Brasil tem 4.725 serviços de acolhimento nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do país. Ressaltando para o maior índice de entidades de acolhimento na região Sudeste, com 1.920 abrigos para crianças e adolescentes que tiveram os seus direitos violados.

Embora o Brasil possua um número elevado de serviços, a direção aponta para a desigualdade social, principalmente na região Sudeste. Assim, (Fávero, Vitale & Baptista, pp. 19-20, 2008) irão dizer:

Observa-se ainda que a Justiça da Infância e Juventude de São Paulo tem recebido demanda cada vez mais ampliada de crianças, adolescentes e famílias que, na ausência, ineficiência ou insuficiência de políticas sociais, a ela recorrem para abrigar ou entregar filhos em adoção ou, mediante guarda, a outras famílias. Levantamento realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça nas 11 Varas da Infância e Juventude da capital concluiu que a quarta parte dos abrigamentos tem como motivo evidente a falta de condições econômicas dos pais [...].

2.3 Os Serviços de Acolhimento no Município de Campinas/SP

Segundo o IBGE em 2019, o município de Campinas/SP, estimou 1.204.073 habitantes, com um índice de 290.460 crianças e adolescentes na faixa etária entre 0 a 19 anos. Desse total, conforme a Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), há no município 06 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes executados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo 01 pelo Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPCA); 16 casas lares para adolescentes; 01 casa lar para adolescentes grávidas; 01 casa de passagem, 02 serviços de família acolhedora, sendo uma executada pelo município e; 02 repúblicas para jovens (feminina e masculina).

Os serviços citados, de forma geral no Brasil, foram caracterizados dentro de normativas e assim, aprovado a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), representando *“uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial”*.

Sendo assim, as diretrizes da Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA), objeto de estudo desta pesquisa, são norteadas pelas características de seus serviços, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁶. A AEDHA executa as seguintes modalidades de serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade conforme descritos nos planos de ações e planos de trabalhos a seguir:

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Abrigo Institucional “Convívio Aparecida” – Unidades I e II

A modalidade apresentada tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes acolhidas ambiente acolhedor e condições para o atendimento com padrões de dignidade e meios para que tenham restabelecidos seus direitos, o desenvolvimento de suas potencialidades e a conquista de maior independência individual e social, garantir a preservação de vínculos familiares, priorizando a reintegração familiar e quando não for possível a indicação de colocação em família substituta.

O Serviço de Acolhimento Institucional, destina-se à crianças e adolescentes na faixa etária de zero (0) a dezoito (18) anos de idade, de ambos os sexos, sob medida de proteção

⁶ Cf. URL: <https://bitly.com/XIwEA>

provisória e excepcional e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função decuidado e proteção.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Casa Lar – Casa Lar “Crer&Ser” – Unidades I e II

No que tange ao trabalho da Casa Lar CRER&SER, este serviço almeja, a partir de metodologia específica, continuar proporcionando a estas crianças e adolescentes condições dignas de moradia, alimentação, educação, vestuário, além de atendimento adequado na área odontológica, médica, psicológica e social, oportunizando assim o desenvolvimento global, superação de vivência de separação e violência, apropriação e ressignificação de sua história de vida e fortalecimento da cidadania, autonomia e inserção social. Possibilitar a este público alvo a construção e manutenção de vínculos afetivos significativos, individualizados e duradouros, através da parceria com outros programas e serviços da rede socioassistencial, bem como ampliar suas experiências sociais, culturais, de lazer, convivência comunitária e familiar. Enfim, romper com o ciclo transgeracional que insiste em reproduzir as situações de violação de direitos que os conduziram ao acolhimento.

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – “ConViver”⁷

A proposta do CONVIVER é proporcionar o atendimento individualizado em ambiente familiar, às crianças e adolescentes, que necessitaram ser afastadas temporariamente do lar de origem pela Vara da Infância e da Juventude, enquanto suas famílias são acompanhadas pela equipe articulada com a rede socioassistencial para o processo de reorganização, de modo a poderem, posteriormente, reassumir seus filhos de maneira e responsável e em condição de dispensar-lhes cuidado e proteção integral.

As FAMÍLIAS ACOLHEDORAS chegam ao Serviço por procura espontânea, são avaliadas pelas profissionais de serviço social e psicologia e são capacitadas pela equipe técnica. Após o cumprimento de todo o processo de avaliação e capacitação, tornam-se aptas para o acolhimento.

⁷Cf. URL: <http://www.guardinha.org.br/conviver/>

Programa de Apadrinhamento Afetivo – “Acordar”⁸

O Programa de Apadrinhamento Afetivo “Acordar” visa a oferecer a oportunidade de resgatar o direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes que se encontram em serviços de acolhimento institucional no município de Campinas. Podem apadrinhar pessoas maiores de 21 anos de idade que residam no município de Campinas e desejam disponibilizar tempo e afeto a nossas crianças e adolescentes. São apadrinhados Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, acolhidos no município de Campinas, com remotas possibilidades de retorno para sua família biológica ou de adoção.

⁸Cf. URL: <https://bityli.com/HLNtx>

Capítulo III – Metodologia da Pesquisa

3.1 Questão de Partida

Conforme Iamamoto (2015, pág. 19) “pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”. Deste modo, a presente pesquisa procurou dar resposta a seguinte questão: Como a prática profissional do Serviço Social, no âmbito da AEDHA, ao buscar a promoção da cidadania das crianças e adolescentes, contribui para o seu desenvolvimento? A promoção para o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos é uma luta constante da AEDHA. Visando o alcance deste objetivo, a instituição desenvolve diversos programas e serviços nomeadamente Aprendizagem Profissional⁹, Proteção Social Básica¹⁰, e Proteção Social Especial de Alta Complexidade¹¹ no município de Campinas. Sendo estes dois últimos, caracterizados “Serviços Socioassistenciais”, tendo como órgãos responsáveis o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Assistência Social.

A proposta de análise desse público surgiu a partir do questionamento frente à infância e adolescência atual contendo raízes diversas e complexas.

Crianças e adolescentes enfrentam problemas de cunho social devido às diversas mazelas frequentes no momento atual, conflitos estes gerados no seio do movimento da globalização¹², o Estado mínimo, a precarização das relações de trabalho¹³, a redução dos postos de emprego, a tecnologia e os novos padrões de consumo impostos. É nesse contexto

⁹ Aprendizagem Profissional, é uma política pública de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Ela é determinada pela Lei n.º 10.097/2000, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.598/2005, e estabelece a obrigatoriedade de as empresas de médio e grande porte à contratarem aprendizes entre 14 e 24 anos.

¹⁰ Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

¹¹ Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

¹² Segundo Hall (2011, p. 68): Assim, tanto a tendência à autonomia nacional quanto a tendência à globalização estão profundamente enraizadas na modernidade. [...] Devemos ter em mente essas duas tendências contraditórias presentes no interior da globalização. Entretanto, geralmente se concorda que, desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre nações.

¹³ De acordo com Harvey (2012, p. 166): O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista.

que devemos observar as expressões da questão social presentes nas novas formações familiares e na convivência dessas relações.

Observam-se crianças e adolescentes cometendo infrações caracterizadas por agressões verbais, físicas, morais, psicológicas, com vários fatores a serem investigados. Os prejuízos carretados a esse público apontam à necessidade de investigação sobre a influência que as problemáticas da contemporaneidade estão causando no desenvolvimento dos mesmos.

As crianças e adolescentes brasileiras se encontram influenciados pelo meio familiar, institucional e social bem como pelo meio midiático e digital, sendo necessário avaliar os conflitos, levando em consideração a complexidade de normas, crenças, valores e costumes dos envolvidos, suas histórias pessoais, de suas famílias e instituições onde estão inseridos.

Contudo, torna-se fundamental analisar o importante papel desenvolvido pelos assistentes sociais da AEDHA; ouvir o que pensam e sentem todos os atores sociais envolvidos com a problemática pesquisada, inclusive aqueles a quem estes programas e serviços são dirigidos, ou seja, as crianças e os adolescentes.

3.2 Objetivo Geral

Analisar a contribuição do Serviço Social da AEDHA na atuação direta em prol da autonomia, cultura, cidadania e aprendizagem profissional frente às demandas das crianças e adolescentes contemporâneos.

3.3 Objetivos Específicos

- Especificar as implicações, os desafios e avanços no desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridas nos serviços e programas da AEDHA;
- Identificar os diferentes níveis de apreensão dos profissionais do Serviço Social sob a realidade da criança e do adolescente contemporâneo;
- Analisar o modo como as inovações metodológicas implementadas pelo Serviço Social ao nível de atendimento na AEDHA, podem influenciar positivamente a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente contemporâneo.

3.4 Natureza e Métodos da Pesquisa

Como procedimento metodológico foram aplicadas a pesquisa quantitativa e qualitativa com elementos próprios na relação existente entre os dois métodos, Diehl (2004, pp. 51-52) apresenta um esboço acerca destas duas estratégias:

- a) Caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc., com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências.
- b) Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada inicialmente o levantamento bibliográfico que conforme Marconi & Lakatos (2003, p. 183):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

No primeiro momento foi realizado o levantamento bibliográfico e documental na AEDHA, com planos de trabalhos, relatórios públicos, o que possibilitou conhecer e analisar as principais contribuições teóricas e legislativas existentes na instituição, em contribuição para a garantia de direitos da criança e do adolescente.

E com relação à pesquisa documental, Marconi & Lakatos (2003, p. 174) define que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

No segundo momento foram convidados 09 assistentes sociais para a realização da entrevista semiestruturada, no entanto, nos últimos momentos, apenas 06 assistentes sociais

profissionais do Serviço Social, responderam as questões, possibilitando expandir o conhecimento a respeito da atuação profissional que atendem crianças e adolescentes em diversos contextos sociais. Para realizar a entrevista semiestruturada, ressalta-se que a mesma teve como finalidade recolher a opinião do sujeito da investigação referente a temática. Pontua-se que as entrevistas foram realizadas de acordo com as determinações do Ministério da Saúde do Brasil, seguidas das recomendações de flexibilização do município de Campinas/SP frente ao combate à pandemia de Coronavírus/Covid-19.

No terceiro momento foi feita a análise e interpretação dos resultados que conforme Graham (2009, p. 16): “A ideia de análise sugere algum tipo de transformação. Você começa com alguma coleta de dados qualitativos (muitas vezes, volumosa) e depois os processa por meio de procedimentos analíticos, até que se transformem uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original”.

Ressalta-se que a pesquisadora teve ampla observação direta intensiva na instituição elencando os seguintes itens: (i) Discussão dos fatos e fenômenos com os assistentes sociais; (ii) Discussões de histórias de vida; (iii) Medidas de comparação; (iv) Observação participante; (v) Observação individual; (vi) Observação em equipe; (vii) Observação efetuada na vida real; (viii) Reuniões. Que de acordo com Marconi & Lakatos (2003) “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

3.5 Delimitação do Universo da Pesquisa

Conforme Marconi & Lakatos (2003) “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação’. Sendo assim, foi delimitada a investigação na Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA) do município de Campinas/SP – Brasil, como campo de atendimento à criança e ao adolescente na Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Alta Complexidade bem como a Aprendizagem Profissional que atende esse público.

Ainda de acordo com Marconi & Lakatos (2003), o universo ou população engloba o “... conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Sendo assim, todos os assistentes sociais que trabalham nos diferentes serviços e programas da AEDHA.

A amostra foi representada pela amostragem por conveniência, ou seja, foi selecionada uma amostra acessível, disponível e dispensáveis de critérios estatísticos, que se refere ao processo de amostragem não-probabilística, que segundo Marconi & Lakatos (2003, pp. 223-224), “a não-probabilista não fazendo uso de uma forma aleatória de seleção, não pode ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico, o que diminui a possibilidade de inferir para o todo os resultados obtidos para a amostra”

A primeira fase foi definida na análise teórica com levantamento de bibliografias e documentos.

Na segunda fase foi realizada a entrevista semiestruturada com 06 assistentes sociais, profissionais dos serviços e programas da AEDHA, definidos majoritariamente, por implicar em agentes do campo analisável, mediante a possibilidade e precisão dos dados e generalização da profissão.

E por último, na terceira fase, foi realizada a análise e interpretação dos dados com as discussões dos resultados e, conclusão.

3.6 Descrição do Processo Metodológico

A construção inicial dessa investigação houve diversas variáveis passíveis de reflexões envolvendo todas as profissionais que se posicionaram a desenvolvê-lo. Por um lado, a pesquisadora com suas inquietações no desenvolvimento do seu trabalho e a indagação a prática profissional sobrepondo a exigência do fazer com excelência, por outro lado, profissionais exigindo-se de si próprio num contexto de incertezas, obrigações trabalhistas com novas estratégias em meio a uma pandemia, tempo mínimo para execuções das ações, culminando no atraso da entrega de suas respostas a presente pesquisa.

A pesquisadora levou três meses de espera dos questionários, de modo a refletir sobre o novo fenômeno a abarcar todos os profissionais nas suas angústias a respondê-lo. No momento dos convites, todas as assistentes sociais aceitaram com prontidão, entretanto, 3 profissionais não participaram. Confirmaram até os últimos instantes a entrega dos questionários, sem sucesso. Uma das profissionais, no final de fevereiro/2021, justificou-se com problemas particulares e não participação por essa razão. Duas não o se posicionaram em justificar as ausências e tão pouco houve o comunicado de desistência, fazendo-se elevar o tempo de espera para a tabulação das respostas, culminando no atraso nas análises.

Contudo, há de se ressaltar a importância da participação de cada profissional nesse trabalho, que se juntaram no compartilhamento das experiências e trouxeram a luz ao campo científico novos elementos da prática profissional do Serviço Social ao atendimento à Infância e juventude contemporânea. A força com que problematizaram os métodos, estratégias e instrumentais utilizados neste contexto histórico contemporâneo, elevam o processo de ensino aprendizagem contínuo da profissão de Serviço Social, revelando a necessidade de um processo educativo com vistas a emancipação dos grupos sociais.

Quanto ao processo de coleta, tratamento e análise de dados: (i) O levantamento bibliográfico e documental consistiu na leitura e análise de conteúdo, anotações e descrição resumida; (ii) A entrevista, devido o contexto pandêmico no Brasil, foi aplicada pela Plataforma Google Forms, e-mail e impresso; (iii) A observação direta intensiva foi coletada depoimentos e informações diretas com anotações em diário de campo; (iv) Elaboração, análise e interpretação de dados, foram selecionados, codificados e tabulados na planilha Excel.

Capítulo IV – Análise dos Dados

4.1 Apresentação e Discussão dos Resultados

O tema de interesse fundamental desse estudo é o *processo da prática profissional nos atendimentos à infância e juventude contemporânea*, realizada nos atendimentos especializados entre teoria e prática, no encontro de uma reorganização frente à contemporaneidade. E diante deste contexto profissional, evidenciou-se a predominância profissional feminina na AEDHA, com 100% dos profissionais de Serviço Social composto por mulheres.

Inicialmente, ao efetivar os convites, apenas um dos profissionais era do sexo masculino, por vez, vindo a se aposentar no momento da proposta de pesquisa, sem aviso prévio, segundo os recursos humanos, na substituição de outro profissional, devido a situação pandêmica no país.

Ao olhar para esse contexto, nos remete para as protoformas do Serviço Social, a formação dos primeiros grupos pioneiros de assistentes sociais no século XX, segundo Iamamoto & Carvalho (2014, pp. 182-183):

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe lhes faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção.

Partindo desse princípio para as análises, *especificando as implicações, os desafios e avanços no desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridas nos serviços e programas da AEDHA*; ao considerar a *integralidade da infância e juventude contemporânea*, as profissionais de Serviço Social da instituição ao refletirem sobre as suas ações e práticas profissionais e os cuidados de proteção, 19% das profissionais definiram esse público como sujeitos em pleno desenvolvimento e 18% atribuíram a atenção e os cuidados da família.

Ao pensar na família em tempos contemporâneos, devemos considerar as estruturas nas suas particularidades e peculiaridades, Szymanski (2002, p. 17) assim pontua:

Ao se pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares, como foi apontado, as trocas intersubjetivas na família não podem ser vistas isoladamente. As mudanças ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, história e pertencimento social.

É importante ressaltar que ao discutirmos a infância e a juventude contemporânea, apresentam-se um conjunto de demandas identificadas em seus próprios territórios ao longo de sua experiência junto a família, quase todas relacionadas a fatores determinantes e condicionantes de um processo social vulnerável como: falta de moradia, desemprego dos pais, uso de substâncias psicoativas, a violência e o crime, entre outros.

E assim, 18% dos profissionais do Serviço Social da AEDHA, os caracterizara sob a influência da desigualdade socioeconômica diante o contexto globalizado e com todas as suas mazelas contemporâneas.

Embora o cenário atual não favoreça análises positivas sobre a infância e juventude contemporânea, onde 9% dos profissionais responderam serem muitos diferentes de sua época e que esse público conhece apenas os seus direitos e ignoram os seus deveres, confiavelmente, 9% responderam que *as crianças e adolescentes estão mais emponderados*, inteligentes, desconstruídos, interessados em aprenderem e desenvolverem com os adultos, em constante transformação e, vêm novas formas de interação com esse público na atualidade.

Considerando o exposto acima, 50% consideram a *sua atribuição suficiente diante da infância e juventude atual* e 50% responderam não haver habilidades suficientes para tais questões. Também vale caracterizar que 66,7% das profissionais, possuem superior bacharelado, 16% com pós-graduação em especialização e 16% com pós-graduação em mestrado.

É interessante salientar esta análise diante a prática profissional do Serviço Social. É perceptível a dinâmica dada pela experiência profissional das assistentes sociais que se configuram sempre como reflexões em movimento, que modifica a todo instante, transmitidos pelos fenômenos sociais. Essa experiência corresponde a um processo histórico, necessitando assim apreensões pelas transformações sociais e culturais, campos reais de

aprendizagem contínua, situado no seio da sociedade contemporânea. Esta reflexão podemos encontrar em Iamamoto (2015, p.p 21-22):

Essa observação merece atenção: as alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; *as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.* Assim a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude *fatalista* do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional. [...] Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto como uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos.

Relativamente *aos desafios, foram elencados vários aspectos da realidade da criança e do adolescente contemporâneo.* Apontando para um novo padrão de relações nos atendimentos do Serviço Social da AEDHA, foram levantados os seguintes desafios: (i) do profissional querer o que julga melhor para o adolescente e o mesmo não compreender; (ii) dificuldades de vinculação com a criança e com o adolescente contemporâneo; (iii) captação de novas famílias acolhedoras; (iv) recuperação da autoestima da criança e do adolescente, dependência da família e falta de compreensão frente às suas histórias; (v) reeducação da família, da criança e do adolescente com históricos de violações de direitos.

Entre os desafios que os profissionais enfrentam nos atendimentos à criança e ao adolescente, foi salientada a incorporação de novas metodologias. Assim, têm vindo a ser adotadas as mais diversas estratégias e intervenções criativas, designadamente: acolhida, escuta, compreensão da ação; firmeza, respeito, orientações, amor; troca de lugares (dramaturgia), análise da situação; contenção quando necessário, paciência, diálogo, reflexão das ações, cuidado, proteção, segurança.

Neste contexto, podemos exemplificar, igualmente, alguns dos *avanços significativos nos atendimentos dessa população* que, ao incorporarem novas estratégias de intervenção profissional, contribuem para a promoção e garantia dos direitos fundamentais. Os profissionais apontam:(i) que a reeducação, facilitou o reconhecimento dos seus direitos, deveres, princípios e valores; (ii) a vinculação saudável com a criança e o adolescente; (iii) a participação ativa do adolescente nas atividades de forma efetiva e, por último, (iv) o retorno da e para a família, garantindo assim a convivência familiar e comunitária.

A análise acima permitiu a identificação de diferentes *níveis de apreensão dos profissionais do Serviço Social sob a realidade da criança e do adolescente contemporâneo* na instituição. E essa confiabilidade apresenta-se a partir das ações resultantes nos atendimentos especializados dentro dos serviços e programas. Sobre essa análise, 40% se consideraram profissionais habilitados, capacitados e competentes para resolução das dificuldades/potencialidades e 60% garantem formação ampla sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes da instituição.

Diante as demandas apresentadas pelas crianças, todos *os profissionais consideram possuir senso crítico e ponderação para prever possíveis problemas e conflitos com a criança e o adolescente* atendido. Deste modo têm vindo a implementar as mais diversas estratégias – 40% realizam intervenções para reflexões das ações, 40% observam e levam os conflitos para as rodas de conversa e 20% preferem atendimentos individualizados para a resolução dos problemas.

Ao analisar o modo *como as inovações metodológicas implementadas* pelo Serviço Social ao nível de atendimento na AEDHA, *podem influenciar positivamente a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente contemporâneo*, é importante ressaltar a visão e percepção dos assistentes sociais. Para todas as profissionais é necessário obter informações atuais sobre infância e juventude no setor onde trabalham, "*porque vivemos num mundo onde as alterações são constantes e, como trabalhamos em parceria com a Vara da*

Infância e Juventude, temos que atuar de forma técnica com elementos precisos, e não de forma caseira"(AS)¹⁴.

Na dimensão da prática profissional do assistente social, considerar as metodologias aplicadas nos atendimentos às crianças e adolescentes, baseadas na realidade concreta, se configura para além de um profissional com capacidades técnicas específicas da profissão. Requer destes profissionais a responsabilização por transformações positivas na sociedade. Yamamoto & Carvalho (2014, p. 79) pontuam:

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida, que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. [...] Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão.

Tendo presente a ***importância assumida pelas metodologias na atuação efetiva dos assistentes sociais no processo de trabalho educativo***, verificou-se que os profissionais considerando-se não meros receptores de informação, mas antes detentores de saberes e conhecimentos) aplicam diversas metodologias no decurso dos atendimentos às crianças e adolescentes e suas famílias: (i) construção de estratégias de acordo com o momento atual, com instrumentais de acordo com a contemporaneidade, como, por exemplo, atividades lúdicas, análises de músicas, análises digitais, a hibridade; (ii) intervenção para mediação de conflitos, observação nas visitas monitoradas, passeios com as crianças e os adolescentes, atividades lúdicas; (iii) acompanhamento social, escuta qualificada, visita domiciliar, acolhimento social e rodas de conversas.

No trabalho grupal, partindo do princípio atrativo, ***as brincadeiras lúdicas no processo de formação apresentam elementos que configuram metodologias***, tais como a valorização da criança, humanização das ações, entender seu estilo de vida, a importância da cultura no cuidado e proteção, explicitado em rodas de conversa, contação de história, troca de papéis (dramaturgia); atividades lúdicas com votações democráticas; atividades grupais

¹⁴Resposta de um assistente social da AEDHA.

temáticos com oficinas e gincanas; atividades lúdicas iniciadas com um representante do grupo.

Em relação às *estratégias e técnicas utilizadas para a qualificação das práticas de atenção à criança e ao adolescente* do serviço, os profissionais se munem de instrumentais experienciados em orientações, encaminhamentos, qualificação continuada, atendimento social, visita domiciliar, articulação com a rede de serviços, inclusão nas políticas sociais, rodas de conversas, assembleias, atendimentos individuais e grupais, escuta qualificada, observação, atendimentos psicopedagógicos.

A *estimulação de espaços de encontro e socialização com as crianças e adolescentes* do serviço e suas respectivas famílias, são articulados em espaços abertos, no território dos próprios adolescentes, convites para palestras e eventos, atendimentos grupais, reuniões bimestrais, rodas de conversas, atividades externas, encontros e visitas das crianças e adolescentes com seus familiares, com atividades lúdicas, interação, orientações, momentos de privacidade, dinâmica de recepção, lanche em grupo.

Essas estimulações permitem a esse grupo desenvolver um conjunto de significados, possibilitando valorizar ativamente os espaços, seja no seu particular e com o outro, inseridos em uma comunidade.

Ao pontuar todos esses *processos de metodologias*, percebem-seas experiências explicitadas e organizadas para que possam ser permeáveis ao lúdico e à criatividade, e ao mesmo tempo, distante de uma invasão cultural dos sujeitos, caracteriza-se num processo em que a educação, a experiência e a prática profissional estão constantemente numa relação dialética.

Quanto ao *planejamento e à organização das atividades* em cada serviço, são realizados em equipe planejamentos anuais, sempre de acordo com as demandas do ano anterior, esquematizados em planilhas e avaliações mensais com eixos de prioridades; organização de agenda semanal com atendimentos psicossociais às famílias de origem e

extensa, famílias acolhedoras, crianças e adolescentes, discussões de casos, contatos com a rede serviços, visitas domiciliares, reuniões de equipe.

Assim o *processo de trabalho em equipe*, imerso no contexto social, permite o fazer das ações um pensar simultâneo. A criticidade das ações está relacionada com um conjunto de elementos composto pela formação de vários profissionais, com envolvimento de toda a equipe na operacionalização das propostas para garantir a adesão das crianças, adolescentes e suas famílias. Os profissionais de Serviço Social responderam que o processo de envolvimento é mútuo e interdisciplinar e cada uma na sua formação contribui para a avaliação final. E são caracterizadas numa construção das ações, agendas, discussões de casos juntos; reuniões sistemáticas, supervisão das propostas e atendimentos individuais; planejamento, avaliação com os usuários.

Quanto à importância desse trabalho em conjunto, constituídos em trocas de conhecimentos profissionais e as diferentes formas de pensar para alcançar o todo, pode haver no meio do caminho *divergências e confrontos*. Foram interessantes as respostas das profissionais dividindo-se em duas resoluções de conflitos entre equipe: 50% compreendem a situação como um todo, se reúnem, dialogam e tentam chegar num consenso sem recorrerem às coordenações e 50% responderam que quando há desconforto com outro profissional tentam conversar e /ou recorrem às reuniões de equipe, ao coordenador de equipe/geral para resolverem a situação.

Ao analisar a visão *profissional multidisciplinar*, as profissionais informaram que estão adaptadas, que todos os saberes contribuem, são fundamentais e indispensáveis para o atendimento à criança e ao adolescente e suas famílias. Assim as práticas profissionais, permitem através de diálogos e discussões entre equipes e coordenações uma relação que produz os encontros de saberes científicos trazidos para as suas práticas o cuidado integral das crianças e dos adolescentes. Que mesmo sem estarem em cargos de liderança costumam buscar referências, sugestões e opiniões da hierarquia.

E todas as *implicações, os desafios e os avanços no desenvolvimento das crianças e adolescentes* descritos até aqui, perpassam os muros da instituição, buscando assim toda uma rede de serviços de apoio, o conhecimento e atualização profissional constante. As atuações profissionais induzem a integração das várias ações desenvolvidas desde a atenção básica até ao mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a articulação com os demais sistemas públicos. Ao mensurar as *demandas da infância e juventude contemporânea*, as profissionais responderam que após a identificação da violação de direitos, realizam atendimento à família e encaminhamentos quando necessário à rede de serviços; referenciamento aos órgãos de sistema de garantia de direitos e discussão de casos entre os serviços socioassistenciais; construção de estudos psicossociais em conjunto com a rede de serviços do território da família; chamadas da rede de serviços para discussão de casos e atendimentos em conjunto; avaliação e contrareferenciamento da família quando necessário.

No respeitante à *aprendizagem contínua e/ou autoaprendizagem* na vida profissional diante da infância e juventude contemporânea, todas de alguma forma realizam estudos contínuos e das mais diversificadas atividades como cursos online/EAD; participação em palestras, eventos, workshop; leitura de livros, legislações e artigos; troca de experiências com profissionais de outros serviços; supervisão técnica. Costumam buscarem referências fora da área de atuação constantemente das mais diversas formações específicas.

É interessante pontuar que 50% disseram utilizar de suas *férias para se atualizar*. Todas as profissionais disseram que já se envolveu com trabalhos que não eram necessariamente comerciais, como mutirões, voluntariado ou educação voluntária. No campo emocional, consideram que as *relações com o trabalho são de construções e não de obrigações* e a imersão profissional com as quais estão inseridas, as experiências da prática profissional diante os atendimentos às crianças e os adolescentes já as emocionaram.

Um dos ou, talvez, o principal *condicionalismo para a intervenção do Serviço Social nos atendimentos à criança e ao adolescente* na instituição, interliga-se com a vulnerabilidade social das experiências de vida das crianças e adolescentes. Por sua vez, visando a efectivação das *potencialidades da intervenção do Serviço Social na promoção da cidadania e na efetivação dos direitos consagrados em Lei da criança e adolescente*, os

profissionais apostam na atualização constante de conhecimentos, em paralelo com olhares abrangentes sobre o acolhimento e esclarecimentos de direitos para a promoção da diminuição da vulnerabilidade e risco social.

A partir do mês de março de 2020, o Brasil foi surpreendido com o Coronavírus/Covid-19 e, várias medidas e determinações foram tomadas pelo Ministério da Saúde e da Assistência Social. As pastas adotaram regulamentos específicos para a manutenção dos serviços e programas em funcionamento para atender a Normativa Federal e por sua vez, a AEDHA como serviço essencial ao atendimento à criança e ao adolescente e suas famílias, durante o período de pandemia no Brasil.

Conforme descrito acima, as profissionais ainda teceram comentários a respeito da compreensão que estão tendo sobre como sua *experiência frente a situação pandêmica* neste momento e no que refletiram no fazer da prática profissional. Responderam que houve mudanças significativas e importantes na intervenção do Serviço Social, com reassignificação das metodologias, utilização das ferramentas tecnológicas com mais frequência e a reelaboração das atividades de uma forma geral.

Com o intuito de ultrapassar os *condicionalismos levantados por esse contexto*, mesmo tendo contribuído para o aumento das situações de perigo vivenciadas pelas crianças e adolescentes com a presença dos profissionais nos serviços, recorreram às *estratégias de prevenção* de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, de cuidados com a saúde, uso de máscara, álcool gel e distanciamento e o replanejamento das atividades cotidianas.

Assim, as profissionais problematizaram os elementos e de uma forma abuscarem novos conhecimentos na tecnologia para aplicação de metodologias e estratégias que atendessem o contexto atual.

Nesse *processo de reordenamento*, as assistentes sociais apontaram diferentes experiências no desenvolvimento de suas ações na prática profissional colocando como o maior ponto negativo a falta do contato humano diante o distanciamento necessário.

Pontuaram significativos pontos negativos, dentre elas, as dificuldades de avaliação nos vínculos afetivos e a dinâmica entre as crianças acolhidas e suas famílias, devido a suspensão das visitas monitoradas. As análises tiveram que se adequar em proporcionar as vinculações através de vídeos e fotos ou remotos, desafiando a criatividade, a sensibilidade e o conhecimento das profissionais. Também sentiram falta das visitas domiciliares e reuniões presenciais com as famílias acolhedoras, famílias de origem e extensa, oficinas e passeios como as crianças e os adolescentes, pois classificam estes momentos de grandes trocas de vivência entre os serviços e os sujeitos.

Por outro lado, o *contexto pandêmico revelou a importância da criatividade* que todas as equipes tiveram para continuar atendendo esse público, as frequências de contatos tecnológicos sistemáticos fizeram com que fortalecessem ainda mais o vínculo das crianças e dos adolescentes com as suas redes significativas. Permitiu a todos os serviços estarem presentes em todas as discussões de caso, por ser remoto, cada um no seu local de trabalho ou nas suas residências. Os encaminhamentos na sua maioria, também não necessariamente, são presenciais, podendo ser encaminhado por e-mail. As reuniões entre as equipes e a instituição têm sido mais produtivas. Objetividade nas reuniões e discussões de caso. Reflexões sobre novas estratégias e metodologias para atender às crianças e os adolescentes.

Conclusão

Ao se pesquisar a prática do Serviço Social requer abusar em dizer que nunca há conclusão. E a dinâmica numa dialética constante frente a infância e juventude contemporânea, exige um processo em constante transformação, desafiando os assistentes sociais a integralidade do comprometimento social e humano. Um processo educativo codificado e modificado a todo instante frente ao revés de uma sociedade fragmentada simultaneamente. Reconhecer a infância e a juventude contemporânea em face ao trabalho profissional do assistente social segundo Iamamoto (2015, pp. 19-20):

É esse o sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. É nessa perspectiva que se inquire a realidade buscando, pelo seu deciframento, o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária.

Nesta pesquisa foi possível identificar a compreensão que os profissionais do Serviço Social vão construindo sobre a realidade da infância e juventude contemporânea e a importância deste trabalho na garantia dos direitos fundamentais previstos em Lei. Apontam em seus atendimentos especializados a identificação de reais necessidades deste público e em suas percepções, como um todo, indivisível, vindo ao encontro do princípio doutrinário da prática profissional.

Desenvolver o processo de ações representa quase sempre um desafio ao assistente social, sendo indispensáveis atualização e aprendizagem contínua em contribuição as transformações de cuidados e proteção, para que a criança e o adolescente contemporâneo possam se desenvolver em seu contexto atual.

Na dimensão da prática profissional do assistente social podemos considerar que a imersão de aprendizagem contínua e atualizações no campo das ações são somente permitidas com a interação e intervenção nos atendimentos especializados à infância e juventude, identificando as suas potencialidades e as organizações familiares. Proporcionam conhecer outras formas de cuidado colocando a luz as necessidades nos processos de vulnerabilidade para não culminar a ruptura de relações e a exclusão social. Potencializar o agir da criança e do adolescente contemporâneo, para alguns profissionais, parece ainda restrita a permeabilidade dentro de uma formação de seu desenvolvimento, devido as dificuldades de aproximação nas diferentes subjetividades inserida na vida das famílias, mesmo ao considerar

que existe um processo cultural que de certo modo, impede uma iluminação completa de seus modos de vidas.

Concluo que a dimensão do processo de desenvolvimento da infância e juventude, em um contexto histórico e contemporâneo, revela a necessidade de ações educativas com vistas à humanização do cuidado e proteção, rumo a emancipação desses grupos, onde os princípios e valores junto com a família se inscrevam em uma reeducação que possibilitem os sujeitos a serem protagonistas de suas próprias vidas, suas próprias histórias, estimuladas por condições de preservação a vida e o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Bibliografia

- Aprendizagem Profissional: “Jovem Aprendiz” – Aprendizagem Profissional (s.d). In URL: <https://bitly.com/SlyOM>
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1998). Brasília. In URL: <https://bitly.com/c9ayW>
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ) / Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), Brasília. In URL: <https://bitly.com/Cir4E>
- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), Campinas. In URL: <https://bitly.com/0JDRF>
- Diehl, A. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). In URL: <https://bitly.com/Z5eA9>
- Fávero E. T., Vitale, M. A. F., Baptista, M. V. (2008). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus.
- Fundação Abrinq. (2019). *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*. In URL: <https://bitly.com/fzyne>
- Graham, G. (2009). *Análise de Dados Qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Guardinha. (2020). *Quem Somos*. In URL: <https://bitly.com/tBGby>
- Harvey, D. (2012). *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Heywood, C. (2004). *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed.
- Iamamoto, M. V. (2015). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora.
- Iamamoto, M. V. & Carvalho, R. (2014). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. (2012). *Estatísticas Sociais*. In URL: <https://bitly.com/Ew3Lu>

- Marconi, M., Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (2004). *Política Nacional de Assistência Social PNAS*. In URL: <https://bityli.com/F7WZn>
- Neto, W. N. (2005). *Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes*. In Serviço Social & Sociedade, *Criança e Adolescente*, nº 83, ano XXVI, especial, 2005: Cortez Editora.
- Organização Mundial de Saúde (s.d.). In URL: <https://bityli.com/nqJXR>
- Programa de Apadrinhamento Afetivo – “Acordar” (s.d.). In URL: <https://bityli.com/HLNtx>
- Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. In URL: <https://bityli.com/XIwEA>
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – “ConViver” (s.d.). In URL: <https://bityli.com/DFQ1n>
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos / Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional – “Cidadania Hoje” (s.d.). In URL: <https://bityli.com/R3h7y>
- Szymanski, H. (2002). *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança*. In Serviço Social & Sociedade, *Famílias*, nº 71, ano XXIII, Especial, 2002: Editora Cortez.
- Winnicott, D. W. (1993). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICE I

Serviço Social da AEDHA:

Avanços e Desafios no Atendimento à Infância e Juventude Contemporânea Investigação no âmbito do curso de 2.º ciclo (Mestrado) em Serviço social

Inquiridora: Nancy Mara Fonseca

Data: _____

Local: Campinas/SP – Brasil

Sr (a): _____

Consentimento informado:

Essa investigação percorre no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Escola de Alto Estudos - Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra/Portugal). Tem como objetivo geral analisar a contribuição do Serviço Social da AEDHA na atuação direta em prol da autonomia, cultura, cidadania e aprendizagem profissional frente às demandas das crianças e adolescentes contemporâneos e, especificar as implicações, os desafios e avanços no desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridas nos serviços e programas da AEDHA; Identificar os diferentes níveis de apreensão dos profissionais do Serviço Social sob a realidade da criança e do adolescente contemporâneo; Analisar o modo como as inovações metodológicas implementadas pelo Serviço Social ao nível de atendimento na AEDHA, podem influenciar positivamente a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente contemporâneo.

Convidamo-lo/a a integrar este estudo, pois a sua participação é crucial para que possamos desenhar novas metodologias de atendimento de inserção social de acordo com as necessidades detectadas. A sua participação é muito importante, mas é voluntária. Todos os dados recolhidos têm garantia de confidencialidade e servem somente para investigação

científica. A pesquisadora da investigação está disponível para qualquer esclarecimento acerca do estudo. Ao aceitar participar, por favor responda a todas as questões, exceto as que não se aplica a sua atribuição.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Nancy Mara Fonseca, telefone: (19) 9.9330-2281, e-mail: nan.mara@hotmail.com ou para o Comitê de Ética do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti – HMDMG, localizado na Avenida Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália – Campinas/SP, telefone: (19)3772-5894, cep@hmmg.sp.gov.br.

Campinas, _____ de _____ de 2020.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do participante

APÊNDICE II

Guião de Entrevista

Técnica: Entrevista semi-estruturada

Características da prática profissional do Serviço social especializado da Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA)

1. Como você avalia a infância e adolescência atual?
2. Como é a sua visão do todo na AEDHA em relação ao atendimento à criança e o adolescente no contexto contemporâneo?
3. As metodologias pressupõem a atuação efetiva dos profissionais no processo de trabalho educativo, todos considerados detentores de saberes e conhecimentos, e não meros receptores de informações. Diante a sua atribuição e novos desafios contemporâneos, qual a metodologia utilizada no trabalho com a criança e/ou adolescente do serviço?
4. Você possui senso crítico e ponderação para prever possíveis problemas e conflitos com a criança e o adolescente? Dê exemplos.
5. Quais as estratégias e técnicas utilizadas em contribuição para a qualificação das práticas de atenção à criança e ao adolescente do serviço, segundo as dimensões do cuidado, visando à efetivação dos direitos dos mesmos e suas famílias?
6. Conforme a sua função, como é o planejamento e a organização das atividades?
7. Como é feita a estimulação de espaços de encontro e socialização com as crianças e adolescentes do serviço e suas respectivas famílias?
8. A atuação profissional induz a integração das várias ações desenvolvidas na rede de serviços desde a atenção básica até o mais complexo nível de atenção, exigindo ainda a articulação com os demais sistemas públicos. Ao mensurar as demandas da infância e juventude contemporânea, como é realizada esta articulação dentro das suas atribuições?
9. Como é feito o processo de envolvimento da sua equipe na operacionalização da proposta para garantir a adesão das crianças/adolescentes/famílias/serviços?
10. Quais os instrumentos e métodos utilizados para o atendimento ao adolescente?

11. Ao trabalhar com crianças, a partir de um diagnóstico situacional, requer o trabalho grupal. Qual a sua metodologia para guiar as experiências de atividades propostas com os grupos de crianças, partindo do princípio atrativo?
12. Qual é o maior desafio no trabalho com a criança e o adolescente? E quais os maiores avanços?
13. Você possui aprendizagem contínua e/ou autoaprendizagem na sua vida profissional diante da infância e juventude contemporânea? De que forma?
14. Você julga necessário ter informações atuais sobre infância e juventude no setor onde trabalha?
15. Você consegue resolver conflitos em equipe no serviço e/ou programa na qual você trabalha? Dê exemplos.
16. Você considera a sua atribuição suficiente diante da infância e juventude atual?
17. Quais estratégias e alternativas você utiliza rapidamente com a criança e o adolescente contrariado? Quais as criatividades fazem parte da sua busca?
18. Como você avalia sua visão profissional multidisciplinar?
19. Você já se emocionou durante a sua atuação profissional?
20. Você usa suas férias para se desligar ou para atualizar-se?
21. Mesmo sem estar em cargos de liderança, você costuma buscar referências, sugestões e opiniões dessa hierarquia?
22. Sua relação com o trabalho é de construção ou de obrigação?
23. O quanto você costuma buscar referências fora da sua área de atuação?
24. Você já se envolveu com trabalhos que não sejam necessariamente comerciais, como mutirões, voluntariado ou educação voluntária?
25. Referente ao exercício profissional, qual a sua visão sobre as principais potencialidades da intervenção do Serviço Social na promoção da cidadania e na efetivação dos direitos consagrados em Lei da criança e adolescente?
26. Quais os principais condicionalismos para a intervenção do Serviço Social nos atendimentos à criança e ao adolescente na instituição?

27. A partir do mês de março do corrente ano, o nosso país foi surpreendido com o Coronavírus/Covid-19 e, várias medidas e determinações foram tomadas pelo Ministério da Saúde e da Assistência Social. As pastas adotaram regulamentos específicos para a manutenção dos serviços e programas em funcionamento para atender a Normativa Federal e por sua vez, a AEDHA como serviço essencial ao atendimento à criança e ao adolescente e suas famílias, durante o período de pandemia no Brasil.

27.1 Frente à situação pandêmica, o que mudou na intervenção do Serviço Social?

27.2 Que estratégias foram desencadeadas com o intuito de ultrapassar os condicionalismos levantados por esse contexto, mesmo tendo contribuído para o aumento das situações de perigo vivenciadas pelas crianças e adolescentes com a presença dos profissionais nos serviços?

27.3 Você buscou aprendizado fora e dentro da sua área em contribuição à sua prática profissional nos atendimentos especializados às crianças e os adolescentes da AEDHA?

27.4 Quais os instrumentos você utilizou para os atendimentos e as escutas qualificadas nesse distanciamento social?

27.5 Descreva pontos positivos e negativos que esse novo modelo de trabalho trouxe à sua prática profissional.